

Quem entra na fila?

*Governo anuncia plano de desligamento voluntário de servidores públicos.
A medida, porém, não resolve o enorme rombo fiscal dos cofres públicos*

Paula Bezerra

Numa tentativa de cortar gastos e promover o ajuste fiscal, o governo federal criou um Plano de Desligamento Voluntário (PDV) para os servidores públicos, uma categoria que tem a segurança da estabilidade no emprego. Mais conhecido no setor privado, o PDV dos funcionários públicos foi assinado, por meio de uma Medida Provisória, pelo presidente Michel Temer. A tentativa é, a todo custo, reduzir o rombo nas contas públicas. Em maio, o buraco foi de quase R\$ 30 bilhões, o pior resultado para o mês nos últimos 21 anos.

Em junho, o déficit foi de R\$ 20 bilhões. Com o reajuste do quadro, o governo estima economizar R\$ 1 bilhão, a partir de 2018. “Pela natureza do setor público, o PDV tem menos eficiência que no setor privado”, diz Fábio Klein, especialista em contas públicas da Tendências Consultoria. “Uma redução de R\$ 1 bilhão não é pouco, mas dentro do rombo nas contas públicas, o impacto será mínimo.” Os gastos da União com a folha salarial dos funcionários públicos aumentaram de R\$ 238,5 bilhões, em 2015, para R\$ 257,9 bilhões, no ano passado. Na proposta, os que aderirem ao PDV receberão uma indenização correspondente a 1,25

do salário mensal para cada ano de exercício.

O cálculo levará em consideração, também, a remuneração do servidor na data em que for publicado o ato de exoneração. Além do desligamento, o programa também inclui a redução da jornada de trabalho com remuneração proporcional à carga horária trabalhada, assim como oferecerá ao servidor a possibilidade de tirar licença sem remuneração, mas com pagamento de incentivo em espécie. Um projeto semelhante foi realizado ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso, e contou com a adesão de cinco mil funcionários públicos. A grande discussão em torno do PDV é justamente sobre sua eficácia.

Em junho de 2016, por exemplo, o governo aprovou a revisão salarial de 40 categorias públicas federais. Caso seja repassado, seria necessário que houvesse PDV para os servidores públicos até 2019, por exemplo. Na última semana, a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, disse em coletiva que os aumentos salariais das categorias já previstos para o ano que vem poderão ser revistos. Estima-se que essas revisões gerariam um custo de R\$ 8 bilhões para os cofres públicos. “O que está em lista para ser estudado é a prorrogação desses reajustes concedidos no ano passado”, afirmou a secretária. “O que se pode discutir é a postergação de um reajuste aprovado por lei.”



EFICIÊNCIA PÚBLICA?

O Ministério ficará responsável por definir quais carreiras, órgãos e regiões geográficas poderão participar

Não poderá aderir ao PDV o servidor que esteja em estágio probatório; o que já cumpriu todos os requisitos legais para aposentadoria ou que já esteja aposentado; e o que esteja na fila para assumir a carreira – e não tenha substituto para a vaga

143 mil voltam ao Bolsa Família e há 525 mil na fila

Por Edna Simão | De Brasília

Mais de 143 mil famílias retornaram ao Bolsa Família neste ano devido ao aumento da taxa de desemprego provocado pela forte crise econômica que se instalou no país. A fila de espera também cresceu. Ela chegou a estar zerada nos meses de janeiro e fevereiro, mas aumentou gradualmente e atingiu 525 mil famílias. O ministro do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Osmar Terra, informou que pretende acabar com a espera ainda em agosto. Mesmo com a restrição orçamentária do governo federal, o ministério teria orçamento suficiente para atender esse público.

Em entrevista ao Valor, o secretário-executivo do ministério, Alberto Beltrame, explicou que a piora da economia fez com que muitas famílias retornassem ao bolsa. Recentemente, os indicadores do mercado de trabalho vêm dando sinais de melhora, mas ainda não estão sendo captados. Dado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que, no segundo trimestre, a taxa de desemprego atingiu 13%. O nível de desocupação foi menor do que aquele registrado no primeiro trimestre, de 13,7%, mas ficou 1,7 ponto percentual acima da taxa

apurada entre abril e junho de 2016 (11,3%).

Mesmo com a procura elevada, a quantidade de benefícios do bolsa caiu. Em julho, 12,7 milhões de famílias foram atendidas. No fim de 2016, esse número era de 13,57 milhões. A diminuição, conforme Beltrame, está diretamente relacionada à maior fiscalização e cruzamento de dados dos beneficiários. Segundo ele, ao contrário do que estão dizendo alguns críticos, o governo "não arrochou o bolsa" em um momento em que os brasileiros pobres mais precisam devido ao aumento do desemprego.

Beltrame explicou que a queda na quantidade de atendidos se deve à mudança na metodologia do pentefino, que agora faz o cruzamento de vários bancos de dados e passou a ser anual (antes era mensal). Isso permitiu que o atendimento das pessoas que realmente precisam, ao contrário do que acontecia no governo passado. Lembrou ainda que o cruzamento de dados comprovou, na prática, que existiam muitas famílias que sub declaravam a renda e, portanto, recebiam o benefício indevidamente.

"Nossa preocupação era de focalização melhor do programa. Havia o entendimento, que se comprovou na prática, que muitas famílias que tinham subdeclarado

renda e estavam recebendo indevidamente os benefícios", afirmou o secretário-executivo do MDS. "A chance de erro e de recebimento indevido caíram muito por conta da melhoria da governança do programa", complementou.

Com a nova metodologia, segundo ele, foram excluídas 2,8 milhões de famílias do programa em um ano. A maioria justamente por subdeclaração ou omissão de renda. Dessa maneira, 2,169 milhões puderam ingressar, mas que suficiente para atender os brasileiros que retornaram ao programa com a perda do emprego.

Das 143.866 famílias que retornaram ao programa neste ano, 20.458 estão no Estado de São Paulo; 16.781 na Bahia; 13.258 em Minas Gerais; 11.973 em Pernambuco. Os dados estão mais baixos do que os apurados em 2015 e 2016. "Muitos que tinham o Bolsa conseguiram, de certa forma, se emancipar, mas em função da piora da economia eles voltaram a ficar dependentes do bolsa porque perderam o emprego", contou o secretário-executivo. Ele lembrou que, de 2013 para 2014, 104.704 famílias que retornaram ao Bolsa. Esse valor, com a deterioração da economia, saltou para 423.668 em 2015 e chegou ao patamar recorde de 519.568 no ano passado.

Essas famílias, com a exclusão de





quem recebia o benefício indevidamente, acabaram sendo reincorporadas ao programa. Agora, o desafio do governo é acabar com a fila de 525 mil famílias, o que deve acontecer agora em agosto. O pico de famílias aguardando o benefício foi atingido em maio de 2015 (1,919 milhão), mas caiu consideravelmente ao longo dos meses. A fila foi zerada pela primeira vez em janeiro deste ano. Isso se manteve em fevereiro, mas logo em seguida começou a crescer novamente e atingiu 525.088 famílias.

O secretário-executivo disse que o orçamento do Bolsa Família, que para o ano é de R\$ 29,4 bilhões, é suficiente para zerá-la. Ele ressaltou que, se houvesse uma decisão fechada pelo governo, os recursos dariam também para conceder um reajuste de 4,6% dos benefícios neste ano. Com uma elevação do valor do benefício daria uma sinalização negativa para o mercado, diante da necessidade de corte de gastos, o Bolsa Família não será reajustado este ano. Recentemente, o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, afirmou ao Valor que "não há margem, para alta também em 2018".

No primeiro semestre do ano, foram concedidos 781.801 benefícios do Bolsa Família. No período foram cancelados outros 1,220 milhão de benefícios. Somente em julho, foram 602 mil cancelamentos e 150 mil concessões. As concessões são feitas após todo o processo de fiscalização dos dados das famílias ter terminado e, conseqüentemente, comprovado que atende aos requisitos de renda. O desafio do programa, de acordo com Beltrame, continua sendo dar condições para que o trabalhador se torne realmente independente do programa. Por isso, deverá ser criada uma linha de microcrédito para empreendedores do programa. A expectativa é de que seja lançado ainda em agosto.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza (renda per capita mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos) e de extrema pobreza (renda per capita mensal de até R\$ 85,00). Ao entrarem no programa, os beneficiários recebem

o dinheiro mensalmente e, como contrapartida, cumprem compromissos nas áreas de saúde e educação.

O valor que a família recebe por mês é a soma de vários tipos de benefícios previstos no programa. Os tipos e as quantidades de benefícios que cada família recebe dependem da composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família beneficiária. O benefício básico é de R\$ 85,00 mensais. Já o benefício variável é destinado à famílias que tenham sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças e adolescentes de 0 a 16 anos incompletos. O valor de cada benefício é de R\$ 39,00 e cada família pode acumular até 5 benefícios por mês, chegando a R\$ 195,00. O benefício básico é de R\$ 85,00. O valor do benefício médio em julho é de R\$ 181,39.

Segundo Beltrame, o Bolsa Família representa 0,64% do Produto Interno Bruto (PIB) e atende 54 milhões de pessoas (25% da população brasileira).



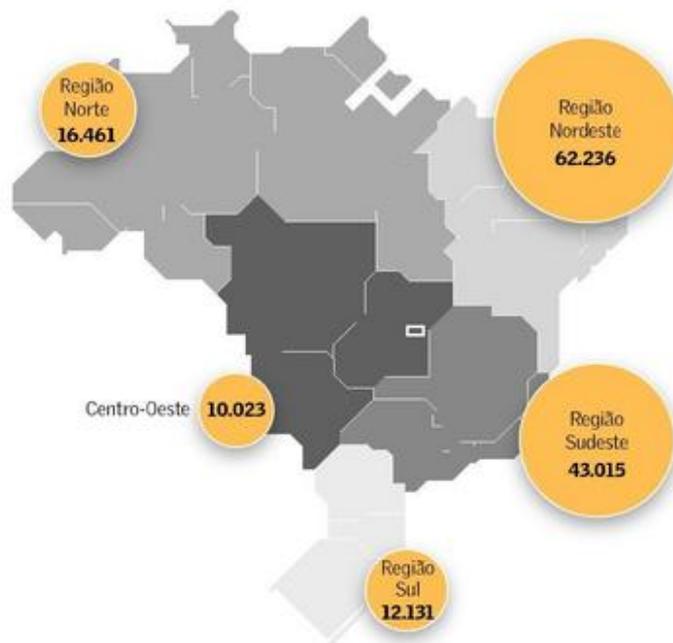
Efeito crise

Evolução do número de famílias inscritas no programa Bolsa Família, por Estado e região

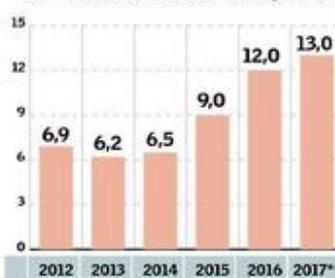
■ Evolução das famílias do Bolsa Família que retornaram ao programa

	2012	2013	2014	2015	2016	2017*
Rondônia	1.948	1.962	943	3.116	5.323	871
Acre	635	1.160	531	1.190	1.702	621
Amazonas	1.752	3.125	1.521	9.177	11.055	3.347
Roraima	239	438	291	546	1.499	1.237
Pará	4.799	9.128	4.864	14.076	20.517	8.431
Amapá	412	549	396	929	1.757	817
Tocantins	2.177	2.431	1.377	3.153	4.768	1.137
Total Região Norte	11.962	18.793	9.923	32.187	46.621	16.461
Maranhão	5.980	8.997	4.625	9.807	24.034	8.624
Piauí	3.022	3.768	2.147	6.676	10.252	3.649
Ceará	10.430	13.590	8.553	30.091	39.919	7.345
Rio Grande do Norte	4.602	4.643	2.561	8.939	11.515	2.850
Paraíba	4.589	6.178	3.075	4.886	11.671	4.571
Pernambuco	10.105	11.687	7.194	24.044	34.939	11.973
Alagoas	4.089	4.860	3.197	6.502	15.972	4.014
Sergipe	2.634	3.085	1.932	3.167	7.505	2.429
Bahia	17.431	18.928	10.552	44.574	52.159	16.781
Total Região Nordeste	62.882	75.736	43.836	138.686	207.966	62.236
Minas Gerais	19.120	20.125	11.287	42.235	50.350	13.258
Espírito Santo	3.630	3.826	2.240	10.870	10.531	2.157
Rio de Janeiro	10.624	10.013	4.946	36.336	42.990	7.142
São Paulo	20.935	27.475	14.288	93.013	75.670	20.458
Total Região Sudeste	54.309	61.439	32.761	182.454	179.541	43.015
Paraná	9.709	8.844	4.786	20.661	21.851	6.085
Santa Catarina	3.612	2.744	1.583	6.769	7.499	1.719
Rio Grande do Sul	7.519	6.801	4.289	17.149	24.353	4.327
Total Região Sul	20.840	18.389	10.658	44.579	53.703	12.131
Mato Grosso do Sul	2.448	2.307	1.441	4.295	6.078	1.722
Mato Grosso	3.486	3.054	1.996	5.047	7.518	2.288
Goiás	6.571	5.933	3.467	10.083	13.159	5.510
Distrito Federal	2.475	1.110	622	6.337	4.982	503
Total Região Centro-Oeste	14.980	12.404	7.526	25.762	31.737	10.023
Total Brasil	164.973	186.761	104.704	423.668	519.568	143.866

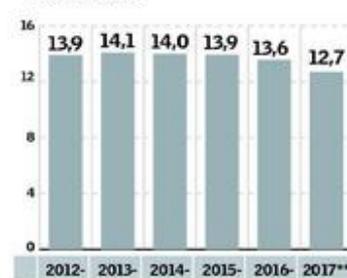
■ Total por região, em 2017



■ Taxa de desocupação das pessoas De 14 anos ou mais de idade, em %



■ Números de famílias beneficiadas Em milhares



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)* até julho. ** até junho

Repatriação termina com receita abaixo do esperado

Por Agência Brasil, de Brasília

Prevista para terminar hoje, a regularização de ativos no exterior, também chamada de repatriação, arrecadará menos que o previsto. A estimativa do governo é arrecadar R\$ 2,852 bilhões com a segunda etapa do programa, contra cálculo inicial de R\$ 13 bilhões.

O valor foi divulgado pelo Ministério do Planejamento no último dia 21, no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas. O novo número leva em conta a arrecadação bruta do programa. Ao considerar a partilha do Imposto de Renda e das multas com os estados e os municípios, a União ficará com R\$ 1,34 bilhão.

O fraco desempenho da segunda versão do programa foi um dos

motivos que levou a Receita Federal a revisar para baixo, em R\$ 5,79 bilhões, a estimativa de entrada de receitas primárias para o ano.

A frustração de receitas poderia ser maior não fossem a entrada adicional de R\$ 5,8 bilhões da renegociação de dívidas de contribuintes da União, ingresso de R\$ 10,2 bilhões de precatórios devolvidos ao Tesouro e o aumento de tributos sobre os combustíveis, que deverá render R\$ 10,4 bilhões.

A regularização de ativos no exterior envolve o perdão do crime de evasão de divisas sobre recursos não declarados ao Fisco e mantidos em outros países em troca do pagamento de 15% de imposto de Renda (IR) e 20,25% de multa. Na primeira versão do programa, em 2016, a Receita cobrou 15% de Imposto de Renda e 15% de multa.

Contradição marca ideário econômico de Jair Bolsonaro

Por Raphael Di Cunto | De Brasília



Bolsonaro: "Vou decidir as privatizações com o BNDES. Quem sou eu para dizer o que tem que fazer com a estatal X?".

Conservador nos costumes, o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), segundo colocado em pesquisas de intenção de voto para a presidência da República em 2018, está longe do pensamento liberal da direita na economia, área que admite dominar pouco e onde sua atuação e posições públicas são por vezes contraditórias.

Militar de carreira, marcou seus mandatos por uma postura corporativista e de combate a projetos de ajuste fiscal, é contra a liberação da venda de terras para estrangeiros, não concorda com o conceito de "Estado mínimo" e a venda de todas as estatais e critica o uso da taxa de juros para controlar a inflação. Ferrenho crítico dos petistas, esteve mais vezes alinhado ao PT em votações do que o discurso radical deixa transparecer.

Em meio a maior recessão da história do país, o Valor conversou com aliados, familiares e o próprio Bolsonaro ao longo das últimas semanas para entender o que pensa o presidenciável. Também fez um levantamento de vídeos em suas redes sociais, onde tem 4,4 milhões de seguidores, declarações em eventos e do histórico de votações nos seus sete mandatos na Câmara.

O Valor não é o único a procurá-lo. Com o crescimento nas pesquisas, agentes do mercado e empresários tentam conhecer suas ideias para tirar o país da crise. "Semana passada um grupo de grandes banqueiros queria falar comigo. Adiei a conversa", conta. "O cara falou: querem te ouvir sobre economia. Falei: você está de brincadeira. Eu é que tenho que ouvir os banqueiros sobre economia", relata. "É a mesma coisa que eu ir no [hospital] Albert Einstein e ensinar medicina".

Bolsonaro, porém, já participou de três reuniões com agentes do mercado em São Paulo e no Rio. E não se constrange ao falar que não domina a área. "Se sou candidato a presidente, tenho que entender economia com profundidade? Então tenho que entender medicina também porque vou indicar o ministro da Saúde. E tem que ser PhD em português porque, afinal de contas, vou indicar o ministro da Educação", diz, desviando a conversa para sua

zona de conforto - segurança pública, acusações contra o PT e movimentos LGBT.

Mas, segundo aliados, o deputado ficou especialmente incomodado com entrevista em maio à rádio "Jovem Pan" com o historiador Marco Antônio Villa, que o acusou de não entender nada de economia. Brigaram ao vivo por 45 minutos. Depois da discussão, Bolsonaro passou a tratar mais do tema e pediu indicações de economistas e estudiosos. Reestudou o atlas para citar de cabeça dados sobre Estados, geografia e jazidas minerais do país.

O deputado disse ao Valor que já tem o apoio de um economista de peso, que não revela o nome, e que consulta antes de entrevistas. "Porque depois vai vir uma palavra errada minha sobre economia e vão ficar em cima daquilo para tentar me desgastar. Não vou cair nessa", afirma. Questionado se defende o liberalismo econômico, rebate que "hoje você fala em ser liberal mais para diminuir o assédio do Parlamento sobre as estatais".

Um de seus filhos, o também deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), é apontado por aliados como uma influência mais à direita e é autor, por exemplo, de projeto para quebrar o monopólio dos Correios sobre serviços postais. Terceiro da linhagem, ele faz pós-graduação





sobre o pensamento econômico da escola austríaca no Instituto Mises Brasil, batizado em homenagem ao fundador dessa linha de pensamento, Ludwig Von Mises, defensor radical do liberalismo. Na visão do filho, o pai ficou com a pecha de corporativista e estatizante por causa de um segundo momento do regime militar, com a criação de estatais como a Embrapa. "Mas ele é o candidato perfeito para o mercado", sustenta.

Deputado é a favor de flexibilizar a legislação trabalhista, mas faltou quando a Câmara aprovou a terceirização

O pai minimiza. "Ele é garoto, ele é garoto. Você tem que diminuir a influência do Estado sim, mas não é abrir as porteiras", pontua. O pré-candidato defende que parte das 148 empresas estatais do governo federal deve ser extinta, "por serem cabides de emprego", e parte privatizada, mas o setor de energia, especialmente, deve ser preservado. Ele ainda não sabe dizer qual o destino que daria para cada uma. "Isso vou decidir junto com o BNDES. Quem sou eu para dizer o que tem que fazer com a estatal X?", questiona.

Apesar do discurso forte e decidido, na prática sua atuação se mostrou, muitas vezes, contraditória. Defensor de regras trabalhistas mais flexíveis, Bolsonaro se ausentou nas duas vezes em que a Câmara votou e aprovou a regulamentação dos serviços de mão de obra nesta legislatura. Em um vídeo, alegou que "tomaria pau" da imprensa e da

população não importasse qual fosse sua posição no assunto.

Mesmo pregando a redução do Estado, ele nunca esteve alinhado à agenda de contenção de gastos nesses sete mandatos de deputado. Pelo contrário, atuou em grande parte do tempo para defender corporações do funcionalismo, em especial os militares, sua base eleitoral, a favor de reajustes salariais, pensões e questões relacionadas as carreiras.

Crítico ferrenho dos petistas e da esquerda, o parlamentar não hesitou em se aliar ao PT na luta contra as reformas de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) (ver texto nesta página). Ganhou nota 9 de 10 do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) pela atuação "pró-trabalhadores" no período. Os demais deputados de seu partido na época, o PP, tiveram média 1,5.

Bolsonaro foi favorável ao texto principal de um dos marcos da gestão FHC, a Lei de Responsabilidade Fiscal em 1999. Mas votou com os petistas em cinco das oito emendas para desidratar a proposta, que elevariam o limite de gastos com pessoal, impediriam que novas despesas tivessem que ser compensadas com cortes em outras áreas ou aumento de receitas e que o contingenciamento orçamentário excluísse o pagamento da dívida pública.

O pacote de ajuste fiscal proposto pela ex-presidente Dilma Rousseff em seus dois mandatos também foi combatido pelo deputado - que,

contudo, usou pouco a tribuna da Câmara para expor suas opiniões. Bolsonaro, já de saída do PP para o PSC com a intenção de concorrer à Presidência, votou contra todas as medidas provisórias, de restrições a benefícios trabalhistas e previdenciários até as de aumento de impostos.

A oposição intransigente ao PT ocorreu mesmo em contradição com seu discurso. Ao Valor, o deputado criticou a reforma da Previdência Social proposta por Temer e, como alternativa, afirmou que era preciso "expor" os bancos em vez de tirar sangue dos aposentados. "Cadê o sacrifício do sistema financeiro?", pergunta. Mas, no governo Dilma, ele foi o único do PP a votar contra o aumento na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para bancos. O Valor tentou falar com ele sobre essa divergência, mas não teve retorno.

Em outras ocasiões, Bolsonaro afirmou ser favorável à redução da carga tributária, e nesse ponto sua atuação sempre foi na mesma linha. Foi um dos dois deputados do PP a votar contra a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) no governo Lula e também contrariou o partido na gestão de Dilma, contra o fim da desoneração da folha de pagamentos e aumento de outros impostos.

Pré-candidato defende manter parte das estatais como públicas e discorda da política de controle de inflação





Ao Valor, o pré-candidato discordou da política monetária do governo. "Taxa Selic alta é a política de controle da inflação do doutor Henrique Meirelles para fazer você comprar uma TV na Casas Bahia e pagar por duas", afirma. Para ele, essa é uma ideia errada e desestimula investimentos no setor produtivo. "Se taxa de juros servisse para conter inflação, com honestidade, por que no Japão a taxa de juros é negativa? Lá a inflação devia ser 500%. E não próxima de zero", defende. A Selic só tem caído, sustenta, porque os próprios bancos estão com medo de calote devido aos altos juros.

As posições contra um ajuste fiscal que penalize o funcionalismo público continuaram sob Temer. Bolsonaro votou contra o plano de recuperação proposto pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para seu Estado, o Rio, que vive situação calamitosa nas contas públicas. O governo local ficará até seis anos sem pagar a dívida com a União em troca da venda de estatais, aumento de alíquota previdenciária, contenção de despesas pela inflação.

Também criticou, ao longo de semanas, a proposta de emenda à Constituição (PEC) do Teto de Gastos, que limitou o crescimento das despesas do governo federal à inflação. Dizia que isso congelaria por

20 anos os salários e pensões dos servidores e que o correto era o corte de juros. "Muito triste é ver o governo apunhalar as Forças Armadas de forma mais que draconiana", acusou.

No dia, contudo, votou a favor da PEC e se explicou nas redes sociais num vídeo de um minuto em que defende, de forma sucinta, que o projeto permitirá a retomada do emprego. Metade da gravação é dedicada à sua categoria: diz que acertou com o governo que a proposta não atrapalhará a revisão da carreira dos militares.

A intenção de atrair investimentos externos é confrontada com uma postura dura contra iniciativa da bancada ruralista de permitir a venda de grandes áreas de terras para estrangeiros. Nesse ponto, fala mais alto a veia militar e a defesa do território nacional. "Nossa segurança alimentar vai ficar na mão da China, assim como nossa segurança energética. Vamos ser turistas no Brasil", diz. Por outro lado, ele se alia aos ruralistas pela flexibilização do licenciamento ambiental e nos ataques a índios e quilombolas.

A veia militar também surge na promessa de que tocará as grandes obras com a ampliação dos batalhões de engenharia do Exército.

"A corrupção está concentrada no Ministério dos Transportes", pontua, ignorando que, com o aumento das obras nas mãos de militares, cresceram também denúncias de irregularidades na corporação.

Do governo Temer, elogia a reforma trabalhista, que "achava até que tinha que ser mais profunda". Cita Paraguai e Estados Unidos, dois países que pretende visitar até o ano que vem, como exemplo de onde menos direitos teriam dado resultado. "Aqui [Brasil] é o país dos direitos, mas o povo está insatisfeito. Nos Estados Unidos não tem direitos, não tem férias, mas então por quê um monte de gente quer trabalhar lá?", questiona.

A flexibilização dos direitos para os trabalhadores da iniciativa privada já era defendida por ele na década de 1990, quando votou para que a negociação entre sindicatos e empresas prevalecesse sobre a legislação - o que passará a valer agora com a reforma. Bolsonaro repete frase, que atribui a empresários, de que a população deve decidir sobre "menos direitos e emprego ou todos os direitos e desemprego". Faz questão de reforçar que a frase não é sua, "que tentaram usa-la para desgastá-lo", embora não deixe clara qual sua opinião.

Deputado combateu propostas de reforma

Por Raphael Di Cunto | De Brasília

Prioridade do mercado e de empresários para reduzir os gastos previdenciários no médio e longo prazos e manter sobre controle as despesas públicas, a reforma da Previdência foi combatida pelo deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) nos governos do PSDB, PT e PMDB.

Atualmente em seu sétimo mandato seguido como deputado federal, Bolsonaro defendeu, contra a orientação de seus partidos, a rejeição das reformas aprovadas pelos governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT). Agora, faz críticas também à proposta encaminhada pelo presidente Michel Temer (PMDB).

Então em seu segundo mandato, Bolsonaro ignorou o posicionamento do PPB (hoje PP) e votou pela rejeição de uma idade mínima de aposentadoria para o INSS e servidores públicos, contra a criação do fator previdenciário, que acabou aprovado e reduziu o valor dos benefícios, e contra a criação de uma previdência complementar para o funcionalismo público.

Apoiou apenas uma emenda,

derrubada pelo governo, que pretendia recompor perdas nos valores das aposentadorias e pensões, que estavam sem reajustes há anos. O deputado fazia ferrenha oposição a Fernando Henrique Cardoso, não apenas nas reformas, mas também nas privatizações, e chegou a defender que a ditadura militar deveria ter fuzilado o tucano.

No governo Lula, o deputado, que é militar da reserva, combateu as mudanças na previdência dos servidores públicos. O Congresso aprovou, contra o voto de Bolsonaro, idade mínima de 60 anos de idade e 35 de contribuição para os homens se aposentarem e 55 anos de idade e 30 de contribuição para as mulheres, além do fim da paridade para o funcionalismo (reajustes iguais aos dos empregados da ativa). O deputado votou novamente contra a orientação de seu partido, na época o PTB.

Em 2012, Bolsonaro voltou a se posicionar contra alterações na previdência dos servidores públicos, na reforma liderada por Dilma para acabar com as aposentadorias acima do teto do INSS para o funcionalismo, igualando esses trabalhadores aos da iniciativa privada. O deputado, de oposição também ao PT, foi o único dos 35 parlamentares do PP a votar contra o projeto.

Em 2015, no segundo mandato de Dilma, Bolsonaro apoiou emenda do PTB a uma medida provisória que tinha como objetivo restringir benefícios previdenciários e que acabou por estabelecer fórmula alternativa ao fator previdenciário, a 85/95, que tem elevado o valor das aposentadorias, e consequentemente os gastos, há dois anos.

Justiça seja feita, porém, nem o PSDB, que é autor do fator previdenciário no governo FHC, deixou de apoiar a emenda que aumentou o valor das aposentadorias na época de Dilma. Os tucanos, contudo, se posicionaram a favor das outras reformas previdenciárias de Lula e Dilma, mesmo que divididos - parte da bancada ignorou a orientação e votou pela rejeição dos projetos.

Bolsonaro diz que, se Temer elevar a idade mínima para aposentadorias agora, "já será um grande passo" e que o próximo presidente da República, que assumir em 2019, "terá que dar outro passo". Mas mostra que continua crítico a mudanças nas aposentadorias e pensões e diz que a reforma do pemedebista será uma "âncora para a inflação". "Vai retirar o poder aquisitivo dos já miseráveis aposentados", acusou.





O deputado, que tem como base eleitoral as Forças Armadas, evita criticar a previdência dos militares - um dos maiores rombos da União - e questiona a idade mínima de 65 anos proposta por Temer, dizendo que a expectativa de vida no Piauí é de apenas 69 anos (na verdade, hoje é de 70,9 anos), abaixo da média nacional, de 74,6 anos. "É justo isso?"

Sem aprofundá-las, o pré-candidato lista alternativas. "Tem que combater as fraudes nas aposentadorias, combater as sonegações ao INSS", disse. Cita ainda a auditoria da dívida pública como algo não feito até hoje e cobra sacrifício do setor financeiro.

Para Doria, Estado no Brasil é muito grande e "pode e deve ser menor"

Por Sergio Lamucci | De Shenzhen



João Doria: Se não houver a reforma da Previdência, o Brasil pode quebrar. "É quase que decretar uma falência".

O Estado no Brasil é muito grande e "pode e deve ser menor", diz o **prefeito João Doria (PSDB)**. "Um Estado menor, mais focado, mais eficiente, além de prestar melhores serviços, fica menos vulnerável à corrupção", afirma Doria, numa entrevista em que critica o aumento de impostos promovido recentemente pelo governo federal, afirma que o país "pode quebrar" sem a reforma da Previdência e defende a importância de um programa de privatizações para o país.

Questionado sobre a eventual desestatização de Petrobras, Caixa e Banco do Brasil, o prefeito é mais cauteloso, afirmando que o processo deve ser "gradualizado". Segundo Doria, é preciso caminhar "passo a passo". Algumas das atividades dessas companhias podem

eventualmente ser colocadas nas mãos do setor privado, "mas fazendo isso sem abalar as estruturas dessas instituições e garantindo também a empregabilidade" dos trabalhadores. "Não é transformar isso em risco para os trabalhadores dessas instituições."

Para o prefeito, o ideal seria que o governo federal avançasse mais rapidamente no programa de privatizações. "Mas eu compreendo. O governo, vivendo a instabilidade política, tem mais limitações para empreender um programa de privatizações mais vigoroso."

Ao fim de uma extensa maratona de encontros com executivos de bancos, empresas e autoridades chinesas na semana passada, Doria conversou na sexta-feira com o Valor, dando mais detalhes sobre o que pensa a respeito de economia. O prefeito diz ver maior espaço para políticas "um pouco mais agressivas e um pouco mais amplas" de reforma do Estado, especialmente a partir de 2019, sobretudo com a legitimidade das eleições presidenciais. "Estado gordo normalmente não é eficiente e, sendo gordo, além de perder eficiência na gestão e prestar piores serviços à população, ele fica mais sujeito à corrupção."

Considerado um dos possíveis candidatos do PSDB à Presidência em 2018, Doria responde mais uma vez que seu foco no momento é ser

um bom prefeito. "A melhor contribuição que posso dar à democracia brasileira é manter o foco na prefeitura, continuar sendo um bom prefeito, lutar para fazer uma cidade melhor." Então a Presidência e o governo de São Paulo estão fora de seu radar? "Agora não é hora de pensar nisso. Nem da minha parte, creio eu, nem de outras pessoas. O momento é focar na gestão e na administração."

Ao tratar da reforma tributária, Doria se mostra favorável a mudanças que simplifiquem o sistema de impostos, mas também reduzam alguns tributos. "O Brasil cobra impostos demais e realiza políticas públicas de menos." Para o prefeito, há uma "sede arrecadatória" que alimenta a ineficiência do Estado no nível federal e estadual, e "mesmo no plano dos municípios". Doria considera que uma reforma "paulatina" no plano tributário tende a ser mais palatável nos três níveis do legislativo. Essas mudanças devem ter como objetivo "simplificar e reduzir alguns impostos também".

Doria elogia a orientação da política econômica do governo do presidente Michel Temer, atribuindo a prolongada recessão e a timidez da retomada às decisões tomadas especialmente pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT). "Nunca se cometeram tantos erros numa gestão econômica no Brasil num prazo de tempo tão curto como na gestão Lula





e especialmente na gestão Dilma. Foi um desastre para o país", diz ele, citando entre os principais equívocos "a quebra da segurança jurídica nas empresas de energia elétrica, o congelamento do preço do combustível, a artificialidade de investimentos para formar superempresas brasileiras, com o BNDES, consumindo bilhões de reais em poucas companhias, e subsídios desnecessários e prolongados para a indústria automobilística".

No momento, a recuperação da economia é lenta, mas pelo menos o país está num "caminho ascendente", diz o prefeito. "É melhor crescer lentamente do que decrescer aceleradamente, como ocorreu por três anos e meio." Segundo Doria, a equipe econômica está "fazendo a lição de casa de modo bastante correto". O restante dessa lição cabe ao Congresso, afirma ele. "As reformas trabalhista, previdenciária e a política, que virá na sequência, poderão ajudar o Brasil a acelerar o seu processo de crescimento."

Doria vê com bons olhos a reforma trabalhista, aprovada recentemente, avaliando que as mudanças na legislação "valorizam" os direitos dos trabalhadores. "O que o trabalhador quer é o emprego. Não adianta nada ter regras e regras se ele não tem o emprego."

O prefeito diz ser fundamental a aprovação da reforma da Previdência para enfrentar o elevado déficit nas contas públicas. Sem ela, o Brasil pode quebrar, diz Doria. "É quase que decretar uma falência", afirma o prefeito, avaliando que

haverá "um custo enorme" caso a votação da mudança do sistema de aposentadorias fique para 2019. Não aprovar a reforma "pode colocar o Brasil sob alto risco, inclusive de falta de credibilidade internacional", opina o prefeito. "Investidores brasileiros e internacionais esperam com a reforma da Previdência, ainda que parcial, uma sinalização para o futuro."

Já o recente aumento de impostos sobre combustíveis foi criticado pelo prefeito. "Não é o melhor caminho. O melhor caminho é fazer uma administração austera, cortar custos e melhorar receitas, afinando a cobrança de impostos, evitando a sonegação e colocando no mercado formal os que estão na informalidade", diz Doria. "Aumentar tributos não é a melhor maneira e talvez não seja a maneira adequada neste momento." Para Doria, o governo poderia continuar o seu esforço de austeridade e de formalização. "No Brasil, infelizmente ainda há muita sonegação e o combate à sonegação vai ajudar a melhorar o resultado do déficit público."

Na entrevista, Doria cita quatro economistas com quem conversa sobre economia e por quem diz ter muito respeito: Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central (BC), Persio Arida, ex-presidente do BC e do BNDES, Paulo Rabello de Castro, atual presidente do BNDES, e Roberto Giannetti da Fonseca, ex-secretário-geral da Câmara de Comércio Exterior (Camex). "São quatro bons nomes com os quais me relaciono e procuro conversar sobre

economia e atualizar as minhas posições."

Mas não há visões conflitantes entre eles - Fonseca, por exemplo, é ligado à indústria paulista, enquanto Arminio e Arida são bem mais liberais? "Não, é um blend. Acho que essa boa combinação permite uma visão mais ampla e mais ajustada, possibilitando um sentimento melhor, mais equilibrado e mais propositivo para o Brasil de hoje, afirma Doria, para quem o importante "é ouvir o melhor das boas correntes".

Segundo Doria, os quatro economistas não são pessoas radicais, uma qualidade que ele considera importante. "O difícil é ter diálogo com os radicais, ou de esquerda, ou de direita, ou de qualquer posição. Os que são razoáveis e defendem bem as suas posições merecem ser ouvidos e obviamente a sensibilidade do gestor deve preponderar ao ouvir opiniões distintas, de correntes distintas de formação econômica."

Em cinco dias de agenda oficial na China, Doria teve uma série de reuniões em Pequim, Hangzhou, Xangai e Shenzhen, nas quais apresentou oportunidades de investimento em São Paulo, com foco no programa de privatizações, e pediu doações para a cidade - ganhou quatro mil câmeras de vídeo para vigilância da capital, dois drones, quatro veículos elétricos e dois painéis solares para hospitais, por exemplo, sem contrapartidas.

Mas essas empresas não vão querer ser beneficiadas depois?





"Não. Nós deixamos muito claro. Nós fazemos isso com muita clareza e objetividade. Não há nenhuma contrapartida, nem direta e nem indireta. As doações são feitas por um espírito de cidadania, de cooperação comunitária e atendendo a um pedido do prefeito", afirma o prefeito, acrescentando que "essa política vai continuar".

Doria diz ainda não ver contradição no fato de a maior cidade da América Latina solicitar contribuições de equipamentos a empresários. "Nós gostaríamos de ser ricos, mas, com um rombo de R\$ 7,5 bilhões [no orçamento deste ano], nós não podemos atestar a riqueza com um déficit tão grande."

Doria também falou sobre qual deve ser, em sua opinião, a posição do PSDB em relação ao governo Temer. "Nós temos que ter equilíbrio e bom senso e não precipitar decisões. O PSDB pode ter um gradual afastamento do governo sem deixar de apoiar as reformas no Congresso e sem deixar de apoiar a política econômica que está no caminho certo."

Quanto à eventual participação o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2018, Doria afirma que "se a Justiça permitir, que seja candidato, e que seja vencido". Nós precisamos liquidar o mito Lula e garantir a lei para o Luiz Inácio."

A seguir os principais trechos da [entrevista](#).

Valor: A economia está em recuperação, mas a um ritmo

ainda lento e frágil. A retomada não deveria ser mais rápida?

João Doria: Mas está em recuperação. Esse é o fato positivo. Poderia estar em recessão, como ficou durante três anos e meio, como fruto do desastre da gestão econômica do PT, no governo Dilma Rousseff. Agora felizmente nós estamos num caminho ascendente, de recuperação, ainda que lenta. Mas é melhor estar crescendo lentamente do que decrescer aceleradamente como ocorreu por três anos e meio.

Valor: Por que a recessão foi tão profunda e tão longa?

Doria: Porque nunca se cometeram tantos erros numa gestão econômica no Brasil num prazo de tempo tão curto como na gestão Lula e especialmente na gestão Dilma. Foi um desastre para o país.

Valor: Quais foram os maiores erros?

Doria: A quebra da segurança jurídica nas empresas de energia elétrica, por exemplo. O congelamento do preço do combustível. A artificialidade de investimentos para formar superempresas brasileiras, com o BNDES, consumindo bilhões de reais em poucas companhias, em vez de ter uma política mais ampla que pudesse gerar mais oportunidades para um conjunto maior de empresas brasileiras. A supervalorização do mercado interno. Subsídios desnecessários e prolongados para a indústria automobilística. O

conjunto de erros foi fatal para o Brasil, sem contar a volúpia em colocar a mão em dinheiro público. Foi o maior assalto ao dinheiro público já registrado na história. Tudo isso empobreceu e vitimou o país de um modo histórico. Nunca se viu uma situação econômica tão difícil no Brasil como nesses últimos anos.

Valor: A orientação do governo Temer na economia está correta?

Doria: Está. Esse é o fato bom. Ainda que com crescimento lento, essas políticas estão no rumo certo e bem controladas. O ministro da Fazenda [Henrique Meirelles], assim como o presidente do Banco Central [Ilan Goldfajn] e a secretária do Tesouro [Ana Paula Vescovi] estão fazendo a lição de casa de modo bastante correto. O restante dessa lição cabe ao Congresso. As reformas trabalhista, previdenciária e a política, que virá na sequência, poderão ajudar o Brasil a acelerar o seu processo de crescimento.

Valor: A reforma trabalhista foi aprovada. Não existe o risco de os trabalhadores ficarem desprotegidos? Há quem diga que as mudanças precarizam os direitos dos trabalhadores.

Doria: Ao contrário, valorizam os direitos dos trabalhadores. O que o trabalhador quer é o emprego. Não adianta nada ter regras e regras se ele não tem o emprego. A medida da reforma trabalhista é moderna. As regras anteriores deixavam o Brasil com circunstâncias muito frágeis,





muito protecionistas e que na verdade estimulavam o desemprego. Agora não. Com a medida sendo homologada em definitivo pelo Congresso, as empresas vão ter estímulo para geração de novos empregos e os empregados, sem perderem os seus direitos, a terem a efetividade de oportunidades e de estarem numa situação melhor do que a que se encontram hoje.

Valor: Que importância que o sr. atribui à reforma da Previdência?

Doria: É fundamental. Se não houver a reforma da Previdência, o Brasil pode quebrar. É quase que decretar uma falência. A reforma da Previdência, na sua apresentação que vai ao Congresso, ainda que não seja a mais completa, é a possível neste momento, e ela já vai ajudar muito o Brasil a não ampliar ainda mais o déficit e a proteger o futuro.

Valor: Alguns aliados do presidente Temer querem adiar a reforma para 2019. Há custos nesse adiamento?

Doria: Um custo enorme e que pode colocar o Brasil sob alto risco, inclusive de falta de credibilidade internacional. Investidores brasileiros e internacionais esperam com a reforma da Previdência, ainda que parcial, uma sinalização para o futuro.

Valor: O governo elevou impostos para tentar cumprir a meta fiscal. O sr. considera correto aumentar tributos para reduzir o déficit?

Doria: Não. Não é o melhor

caminho. O melhor caminho é fazer uma administração austera, cortar custos e melhorar receitas, afinando a cobrança de impostos, evitando a sonegação e colocando no mercado formal os que estão na informalidade. Aumentar tributos não é a melhor maneira e talvez não seja a maneira adequada neste momento. Acho que o governo poderia continuar o seu esforço de austeridade e de formalização. No Brasil, infelizmente ainda há muita sonegação e o combate à sonegação vai ajudar a melhorar o resultado do déficit público.

Valor: O foco deveria ser então o corte de despesas?

Doria: É o que nós estamos fazendo na prefeitura. Corte de despesas e melhoria de resultados. Nós também estamos ampliando os programas de fiscalização, para garantir que quem não paga imposto passe a pagar. Lançamos o PPI, o programa de parcelamento das dívidas com a prefeitura, para estimular os que ainda têm débito possam usufruir dessa condição de parcelamento a longo prazo, mas pagando dívidas. Buscando novos investimentos no país, como estamos fazendo aqui na China, e também usando uma plataforma inovadora, de convidar o setor privado, para ajudar social e economicamente a nossa cidade.

Valor: Na viagem a China, o sr. conseguiu doações de 4 mil câmeras, dois drones, quatro veículos elétricos e dois painéis de energia solar, entre outras contribuições, sem

contrapartidas. Uma questão que se discute é se essas empresas não vão querer ser beneficiadas depois.

Doria: Não. Nós deixamos muito claro. Vocês acompanharam inclusive algumas das negociações. Nós fazemos isso com muita clareza e objetividade. Não há nenhuma contrapartida, nem direta e nem indireta. As doações são feitas por um espírito de cidadania, de cooperação comunitária e atendendo a um pedido do prefeito. Considerando as empresas daqui, nós estamos falando em 109 empresas doadoras para a cidade de São Paulo. E essa política vai continuar. É muito melhor fazer isso às claras do que o velho e bom estilo do PT, de pedir às escuras, para financiar sítio, triplex, automóvel, viagens, outras coisas desse tipo.

Valor: Não é contraditório a maior cidade da América Latina, uma cidade rica, pedir doações de equipamentos a empresas?

Doria: Nós gostaríamos de ser ricos, mas, com um rombo de R\$ 7,5 bilhões [no orçamento deste ano], nós não podemos atestar a riqueza com um déficit tão grande. Faz parte dessa política nossa de inovação, de pedir apoio e, até agora, só recebemos respostas positivas. Não tivemos nenhum não ao longo desses sete meses e estamos celebrando em sete meses R\$ 700 milhões de doações para a cidade. Isso vai prosseguir até o fim deste ano e mesmo no ano que vem, com o novo orçamento. As colaborações dos que quiserem continuar cooperando com





a cidade serão bem vindas.

Valor: *O governo federal tem sido tímido no programa de concessões ao setor privado. Deveria avançar mais rápido?*

Doria: Creio que sim. Mas eu compreendo. O governo, vivendo a instabilidade política, tem mais limitações para empreender um programa de privatizações mais vigoroso. Acredito que deveria sim ter um esforço maior, mas eu compreendo uma certa debilidade nesse programa diante da fragilidade política que o governo ainda vive. Se melhorar a estabilização política, os programas de desestatização no plano federal devem ser retomados com muita força e determinação.

Valor: *O ex-presidente do Banco Central (BC) Arminio Fraga disse em entrevista recente ao Valor que não vê “justificativa para se ter empresa estatal”. Mesmo Petrobras e Banco do Brasil poderiam eventualmente ser privatizados, na visão de Arminio.*

Doria: Eu respeito muito Arminio Fraga. É uma das melhores cabeças pensantes do mercado financeiro brasileiro e ele conhece muito gestão de políticas públicas também, pelo tempo em que colaborou na área federal. Ele não está errado. É preciso apenas dosar o tempo. Tudo nessa área, para ter uma ousadia maior, é necessário o tempo exato e preciso para ser aplicado. Neste momento, talvez não seja o ideal.

Valor: *Escândalos em estatais como a Petrobras mostraram uma*

grande promiscuidade entre o setor público e o setor privado, como evidenciado pela Lava Jato. Eventuais privatizações podem ajudar a evitar esses problemas ou bastam mudanças na governança das estatais?

Doria: Primeiro, mudança na governança. Você não pode admitir que, por ser estatal, pode roubar. Não existe isso. Por ser estatal, tem que ser honesta, tem que ser transparente, tem que ser decente. Mas eu acredito que talvez esse processo de privatização ou desestatização, e aí eu respondo complementarmente à observação do Arminio Fraga, possa ser gradualizado, inclusive nas instituições que você mencionou, começando pela própria Petrobras, Caixa e Banco do Brasil.

Valor: *Seria o caso de vender alguma das atividades dessas empresas, por exemplo?*

Doria: Gradualizar, passo a passo, e algumas das atividades sim, colocar em mãos do setor privado, mas fazendo isso sem abalar as estruturas dessas instituições e garantindo a empregabilidade também. Não é transformar isso em risco para os trabalhadores dessas instituições. Ao contrário, para que eles tenham motivação de prosseguirem o seu trabalho e, sendo especialistas naquilo que fazem, os que ainda não estiverem próximos da aposentadoria, possam ser revigorados na sua oportunidade de formar plano de carreira e contribuírem para o sucesso dessas empresas.

Valor: *O economista Eduardo Giannetti disse que a Lava Jato mostra a deformação patrimonialista do Estado brasileiro. Segundo ele, o funcionamento da economia de mercado no Brasil é uma caricatura. O sr. concorda?*

Doria: Parcialmente. O Eduardo também é um economista de muito respeito, tem uma visão muito clara e objetiva dos fatos. Sob certo aspecto, sim, ele tem razão. Mas essa transformação pode ser iniciada a partir de agora, ou a partir de 2019, sobretudo com a legitimidade das eleições presidenciais. Aí você pode fazer uma política um pouco mais agressiva e um pouco mais ampla de reforma do Estado e de eficiência do Estado.

Valor: *O Estado é muito grande no Brasil?*

Doria: É. O Estado pode e deve ser menor.

Valor: *Esse é um dos problemas que fazem com que a economia cresça pouco?*

Doria: Não é o único, mas é também. Estado gordo normalmente não é eficiente e, sendo gordo, além de perder eficiência na gestão e prestar piores serviços à população, ele fica mais sujeito à corrupção. Estado menor, mais focado, mais eficiente, além de prestar melhores serviços, fica menos vulnerável à corrupção.

Valor: *O sistema tributário é um dos principais motivos de reclamação dos empresários. Em*





que medida ele afeta a produtividade? E é necessária uma reforma ampla ou é melhor fazer mudanças tópicas, porque uma grande reforma tende a ser barrada por interesses conflitantes?

Doria: O Brasil cobra impostos demais e realiza políticas públicas de menos. Esse é um fato real. Há uma sede arrecadatória que alimenta a ineficiência do Estado em vários patamares. No plano federal, no plano dos Estados e mesmo no plano dos municípios. Há uma fome de arrecadação e um sentimento de que nenhum imposto pode ser diminuído. Eu não acredito nisso, mas entendo que uma reforma paulatina no plano tributário seria mais palatável no plano do legislativo, seja nos municipais, estaduais ou no plano federal.

Valor: O objetivo principal seria simplificar o sistema tributário?

Doria: Simplificar e reduzir alguns impostos também. Cito aqui o exemplo do Estado de São Paulo, onde o governador Geraldo Alckmin, ao longo de sua gestão, propôs e conseguiu a redução de alguns impostos. Ao contrário do que se imaginava, em vez de redução da arrecadação, houve aumento. Os impostos foram menores, houve um maior consumo de produtos, bens e serviços e isso aumentou a arrecadação.

Valor: Com que economistas o sr. conversa sobre economia? Quem o sr. respeita nessa área?

Doria: Com vários. Arminio Fraga

é um deles, Persio Arida é outro. Eu também tenho especial apreço por Paulo Rabello de Castro. E Roberto Giannetti da Fonseca. São quatro bons nomes com os quais me relaciono e procuro conversar sobre economia e atualizar as minhas posições.

Valor: Roberto Giannetti da Fonseca tem uma visão ligada à indústria de São Paulo. Arminio Fraga e Persio Arida são bem mais liberais em economia. Não são visões conflitantes?

Doria: Não, é um blend. Acho que essa boa combinação permite uma visão mais ampla e mais ajustada, possibilitando um sentimento melhor, mais equilibrado e mais propositivo para o Brasil de hoje. Ouvir o melhor das boas correntes. Não são pessoas radicais. O difícil é ter diálogo com os radicais, ou de esquerda, ou de direita, ou de qualquer posição. Os que são razoáveis e defendem bem as suas posições merecem ser ouvidos e obviamente a sensibilidade do gestor deve preponderar ao ouvir opiniões distintas, de correntes distintas de formação econômica.

Valor: Entre esses economistas, há algum que seja um interlocutor mais frequente, algum que o sr. ouça com mais atenção?

Doria: Não. Arminio, Persio, Paulo Rabello de Castro e Roberto Giannetti são as pessoas com as quais historicamente eu tenho conversado. São pessoas modernas, têm uma visão inteligente em relação não Brasil e não são radicais. Eu vejo evidentemente firmeza nas suas

posições, mas não vejo radicalismo.

Valor: O BNDES foi muito inflado no governo do PT. O BNDES tem que emagrecer? E o sr. apoia a mudança da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para a Taxa de Longo Prazo (TLP), com objetivo de acabar com o subsídio num prazo de cinco anos? Paulo Rabello de Castro se opôs inicialmente à mudança, mas depois disse concordar com dela.

Doria: Sobre esse tema [da substituição da TJLP pela TLP], eu prefiro não me manifestar, porque eu não tenho todos os elementos necessários para fazer uma manifestação concreta. Em relação ao BNDES, ele não tem que engordar ou emagrecer, ele tem que ser mais eficiente. Parece que essa é a proposta do Paulo Rabello de Castro. E, sendo essa, tem o meu apoio.

Valor: Na viagem, o sr. ouviu pedidos de vários brasileiros para que se candidate à presidência no ano que vem, em aeroportos e mesmo na Muralha da China. Como vê esses pedidos?

Doria: Eu fico feliz e enaltecido. É um reconhecimento, fruto desses sete meses à frente da prefeitura de São Paulo e olha que o tamanho do enfrentamento que nós temos não é pequeno. Mesmo assim, os índices são bons e a aceitação e as manifestações da população são igualmente boas. Mas o que eu tenho como obrigação é ser um bom prefeito. A melhor contribuição que eu posso dar à democracia brasileira





é manter o foco na prefeitura, continuar sendo um bom prefeito, lutar para fazer uma cidade melhor, principalmente manter a prioridade aos mais pobres e aos mais humildes, em especial nas duas áreas mais essenciais, que são saúde e educação.

Valor: Então a presidência e o governo de São Paulo não estão no seu radar?

Doria: Tudo a seu tempo. Agora não é hora de pensar nisso. Nem da minha parte, creio eu, nem de outras pessoas. O momento é focar na gestão e na administração.

Valor: Qual deve ser a posição do PSDB sobre o governo Temer?

Doria: A minha posição eu já declarei publicamente e volto a reafirmar. Nós temos que ter equilíbrio e bom senso e não precipitar decisões. O PSDB pode ter um gradual afastamento do

governo sem deixar de apoiar as reformas no Congresso e sem deixar de apoiar a política econômica que está no caminho certo. Mas, ao fazer isso gradualmente, dá também um campo de respeito aos ministros do PSDB que vem cumprindo bem o seu papel à frente dos ministérios. E com isso também não estabelece um confronto com o governo Temer que seria desnecessário e pouco contributivo para a estabilização política e principalmente econômica do país.

Valor: Na sua visão, é melhor que o ex-presidente Lula seja ou não candidato a presidência em 2018?

Doria: Se a Justiça permitir, que seja candidato, e que seja vencido. Nós precisamos liquidar o mito Lula e garantir a lei para o Luiz Inácio.

O jornalista viajou a convite do governo da China

Reajustes dos servidores aprofundam a crise fiscal

Diante das crescentes dificuldades fiscais, o governo federal agora sinaliza a possibilidade de enfrentar um difícil embate com um dos setores mais mobilizados da sociedade: os servidores públicos. A área econômica do governo, como antecipou o Valor PRO na quarta-feira, estuda a adoção de medidas como a suspensão temporária dos aumentos dados ao funcionalismo público federal e até o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14% nesse segmento. Deve apoiar, também, projetos que tramitam no Congresso para incluir, no limite do teto, os benefícios e vantagens recebidos por funcionários.

Em 2018, os reajustes salariais devem gerar impacto de R\$ 7,12 bilhões nas contas do governo. Vale lembrar que esse efeito se dá sobre a base de despesa que já subiu R\$ 12,39 bilhões, por causa dos reajustes que entraram em vigor neste ano. A despesa com pessoal ativo em 2017 supera os R\$ 130 bilhões, segundo dados do ministério do Planejamento.

Note-se que o crescimento desse gasto, apenas por força da elevação dos salários no Executivo federal em 2017, é maior do que os R\$ 10,4 bilhões que o governo espera arrecadar com a elevação do PIS/Cofins sobre combustíveis. Também é superior aos R\$ 11 bilhões que o governo reduziu nos investimentos no primeiro semestre para viabilizar o cumprimento da meta fiscal, que, mesmo assim, continua na berlinda.

O governo defende a decisão sobre a concessão dos reajustes tomada no ano passado alegando que os acordos já estavam assinados pelo governo anterior e que o compromisso do Estado deveria ser cumprido. A justificativa, nobre por certo, apenas tangencia o real problema, que é a falta de capacidade do país bancar

essa despesa por conta da penúria orçamentária.

Cabe ainda ressaltar que os compromissos ocorreram em um ambiente absolutamente fora do normal, no qual a fragilidade política crescente da gestão Dilma Rousseff foi aproveitada pelo funcionalismo para o sucesso de sua negociação. Ainda que se desconsidere esse aspecto político, o governo Michel Temer, ao assumir, teve como seu compromisso primordial a reorganização das contas públicas. E, com base nessa premissa, deveria ter suspenso o acordo já de início, esclarecendo que o momento das finanças do país não comportava sua efetivação.

É claro que lidar com insatisfação de funcionários é um problema para qualquer empresa e, no caso do governo, não é diferente. Mas quando uma dificuldade é honestamente explicada, há possibilidade de entendimento, se não da corporação atingida, com certeza da sociedade. O erro da falta de firmeza do governo Temer no ano passado já foi cometido e não há o que se fazer. A ideia de adiar o aumento previsto para 2018 é um paliativo que, dado o quadro complicado das contas públicas, merece ser considerado.

A forte queda da inflação é um elemento a mais no esforço de convencimento dos servidores federais. O prejuízo das bem remuneradas carreiras federais seria bem menor, já que neste ano estão tendo até um imprevisto ganho real de renda.

A discussão sobre aumentar a tributação previdenciária dos servidores também faz sentido. O governo tem cobrado essa medida dos Estados que estão em situação tão ruim ou pior do que a União como parte do ajuste fiscal desses entes. Poderia dar o exemplo.





Mesmo que um eventual aumento também seja temporário, o debate precisa ser feito, já que o déficit previdenciário dos funcionários públicos (civis e militares) é muito alto: R\$ 82,5 bilhões nos 12 meses encerrados até junho, de acordo com dados do Tesouro Nacional.

Mas o esforço fiscal não pode ser uma discussão restrita ao Poder Executivo. Os demais Poderes também precisam se sensibilizar quanto ao tema. A conjuntura econômica brasileira não comporta reajustes salariais para carreiras altamente remuneradas, como o Ministério Público Federal e o Supremo Tribunal Federal.

Ainda que o impacto orçamentário do aumento de 16,7% aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público seja proporcionalmente pequeno (R\$ 116 milhões) diante da trilionária estrutura de gasto do país, o efeito simbólico é relevante. Além disso, o movimento, se for levado a cabo com aprovação pelo Congresso Nacional, deve gerar pressões de outras categorias. É uma espiral infindável na qual o Estado, que não dá conta de suas despesas atuais, fica cada vez mais fragilizado e pressionado a subir impostos.

Temer libera R\$ 19 milhões de emendas de ministros tucanos

Planalto alega obrigação do orçamento impositivo e nega relação com votos de parlamentares; oposição vê crime

Thiago Faria

Mesmo afastados de seus mandatos no Congresso, três dos quatro ministros filiados ao PSDB, partido que ameaça deixar o governo, tiveram R\$ 19,2 milhões em emendas empenhadas entre junho e julho. O presidente Michel Temer incluiu na lista dos favorecidos pela liberação projetos apresentados por Aloysio Nunes (Relações Exteriores), Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo) e Bruno Araújo (Cidades), quando estavam na Câmara e Senado. O quarto ministro tucano – Luislinda Valois (Direitos Humanos) – não é parlamentar. Dos 14 ministros que se licenciaram dos mandatos para assumir um cargo na Esplanada, apenas os três e Fernando Coelho (Minas e Energia) apresentaram emendas durante as discussões do Orçamento de 2017. No caso de Coelho, que teve R\$ 2,8 milhões empenhados, o PSB, partido ao qual é filiado, já desembarcou do governo, mas o ministro se manteve no cargo.

Desde a divulgação da delação da JBS, no fim de maio, Temer liberou R\$ 4,1 bilhões em emendas, o que representa 97% do total empenhado no ano. Embora o pagamento da maior parte das emendas tenha se tornado obrigatório desde 2015, o ritmo de liberação é definido pelo governo. A estratégia tem sido criticada pela oposição, que aponta uma tentativa de Temer de “comprar” o apoio de deputados que vão votar, na próxima quarta-feira, se autorizam ou não o Supremo Tribunal Federal (STF) a examinar a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o presidente por corrupção passiva. Para o Palácio do Planalto, o orçamento impositivo, criado em 2015, obriga o governo federal a não contingenciar as emendas parlamentares.

“Tradicionalmente, o maior volume de liberação das emendas ocorre no final de cada semestre, em virtude da programação orçamentária do Ministério do Planejamento. Não existe relação entre as emendas orçamentárias e votos de parlamentares em qualquer tipo de matéria.” Ao empenhar uma emenda é como se o governo fizesse uma promessa de pagamento a ser concretizado

futuramente. A liberação desses recursos, é vista como uma espécie de moeda de troca entre o governo e o Congresso, e costuma ser usada pelo governo para garantir apoio em votações importantes.

Para o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), ao incluir os ministros-parlamentares na lista de favorecidos, Temer estaria cometendo crime de responsabilidade por usar recursos públicos para agradar os aliados. Campeão. Bruno Araújo foi o campeão em emendas empenhadas até a semana passada, mais que todos os atuais parlamentares. Ao todo, foram R\$ 10,9 milhões. Cerca de metade do valor – R\$ 5,3 milhões – foi destinado a programas da própria pasta de Araújo, o Ministério das Cidades. Em nota, o ministro afirmou que “quando da designação das emendas parlamentares para 2017, estava em pleno exercício do mandato de deputado”. Araújo foi um dos primeiros tucanos a ameaçar deixar o governo após a divulgação da delação do empresário Joesley Batista, da JBS, usada na denúncia contra Temer. Na época, foi dissuadido pelo próprio partido, que decidiu se manter no governo.

Governo vai devolver R\$ 1,1 bi a consumidores

Valor se refere a cobrança indevida feita nas contas de luz entre os anos de 2010 e 2012; devolução será parcelada em quatro vezes e se estenderá até 2021

Anne Warth / Brasília

O governo devolverá ao consumidor um valor que recebeu a mais para compensar a queda de arrecadação que Estados da Região Norte teriam com novos investimentos em energia. O dinheiro foi mantido ilegalmente pela União por três anos e só será devolvido após cinco ofícios enviados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e depois de publicação de reportagem do "Estadão/Broadcast" sobre o assunto.

Ao todo, R\$ 1,13 bilhão, em valores atualizados, será devolvido a partir do ano que vem. Se fosse ressarcido de uma só vez, o consumidor teria uma redução de 0,8% na conta de luz. Mas a devolução será feita em

quatro parcelas iguais, em 2018, 2019, 2020 e 2021 - serão R\$ 282,5 milhões por ano.

A proposta está em ofício enviado pelo secretário executivo do Ministério do Planejamento, Edvaldo Rizzo, ao diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino. Foi Rufino quem cobrou do governo a devolução dos recursos. O plano será incluído na previsão orçamentária do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) dos próximos anos.

Em ofício enviado em abril, o quinto desde 2014, revelado pelo Estadão/Broadcast, Rufino mencionou a arrecadação a mais, feita entre 2010 e 2012, realizada para compensar Estados que teriam prejuízo financeiro com a conclusão de obras de conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Apesar dos benefícios ao País e à população das regiões isoladas, haveria redução no uso de usinas termelétricas para suprir

esses locais e, conseqüentemente, da arrecadação dos Estados da Região Norte com o ICMS incidente sobre combustíveis fósseis.

Uma lei de 2009 estabeleceu a cobrança extra, na tarifa de todos os consumidores do País, para compensar esses Estados pela perda arrecadatória. Entre 2010 e 2012, o governo arrecadou R\$ 747,8 milhões.

Desse valor, o Estado de Rondônia foi ressarcido com o recebimento de R\$ 51,3 milhões. Foi o único Estado que foi interligado nesse período. Sobraram R\$ 689 milhões, que ficaram no caixa do Tesouro, que, hoje, atualizados, atingem R\$ 1,13 bilhão.

A mesma lei também estabeleceu que eventuais saldos positivos decorrentes dessa arrecadação em 1.º de janeiro de 2014 deveriam ser devolvidos. Nos últimos três anos, porém, isso não aconteceu.

CONCURSO »**Abin oferece 300 vagas. Salário vai a R\$ 16,6 mil**

Deve sair até janeiro o edital para o processo seletivo. O mais recente, em 2010, teve 615 candidatos por oportunidade

» Lorena Pacheco
» Camila Bairros*

Os concurseiros estão em polvorosa. E não é para menos. Desde que o Ministério do Planejamento autorizou o lançamento do novo concurso público de nível médio e superior para a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), no dia 17, é difícil conter a ansiedade pelo edital de abertura. Serão oferecidas 300 vagas, sendo 220 para oficiais; 60, para oficiais técnicos; e 20, para agentes de inteligência.

De acordo com a tabela de remuneração dos servidores da União, oficiais recebem salário inicial de R\$ 16.620,46; oficiais técnicos, de R\$ 15.312,74; e agentes, de R\$ 6.302,23. O regulamento da seleção será publicado em até seis meses, ou seja, até janeiro de 2018. Segundo o órgão, está em andamento o processo de escolha da banca examinadora. A perspectiva é de preenchimento das vagas durante o próximo ano.

Cezanne Autran, 37 anos, é um dos interessados em conquistar uma das vagas. Ele trabalha como policial civil, em Fortaleza, e estuda para o processo seletivo da Abin há sete



Freitas recomenda dedicação especial à geografia e à legislação específica

anos. “Preto conquistar uma vaga de oficial de inteligência. Escolhi essa carreira porque gosto muito de trabalhar com informação, tenho facilidade para encontrar dados”, declara.

Quando está de folga, Autran costuma passar oito horas por dia se preparando, com um esquema próprio de aprendizado. “Todo dia estudo no mínimo duas disciplinas diferentes. Por exemplo, legislação de inteligência e informática. Assim, a cada semana, eu cubro todas as matérias. A única disciplina a que me dedico todos os dias é atualidades. É importante manter essa disciplina em dia, pois, de acordo com editais passados, ela tem um peso grande na prova discursiva”, conta o policial.

Além de candidato, ele é administrador de uma página no Facebook sobre o certame da Abin, que hoje conta com mais de 16,5 mil membros. “Existem pessoas muito bem preparadas para esse concurso, mas acredito que sejam poucos. Como já faz dez anos que saiu o último edital, muitas pessoas, no decorrer desse tempo, descreditaram da aprovação de um novo processo seletivo e deixaram os estudos pra lá. Poucos se mantiveram firmes, como eu. A maioria dos concorrentes ainda deixa pra começar a estudar quando sai o edital ou a autorização. Mesmo para aqueles que estão preparados, porém, vai ser um páreo bastante duro”, avalia.





Mudar a mente

Outro policial civil, Janderson Domarco Mendes, 30 anos, morador de Guarulhos (SP), estuda para a Abin há sete anos. Ele afirma que estudar português é o mais importante, porque é a disciplina que deverá ter o maior número de questões na prova. “Passar em concurso vai além de estudar livros, apostilas e frequentar um cursinho. É preciso mudar a mente. Ler jornais, revistas e acompanhar o noticiário. Resumindo, construir um conhecimento crítico e lógico, evitar simplesmente memorizar conteúdos”, recomenda.

O escriturário Ramel Costa, 24 anos, de Tailândia (PA), estuda há apenas seis meses. Mas acha que, como as provas devem ser aplicadas somente no fim do ano, é tempo mais que suficiente para ser aprovado. Ele já passou em dois concursos, para a Caixa Econômica e para o Banco do Brasil, estudando apenas por 45 dias. “Minha rotina de estudos é bem reduzida, porque, assim como a maioria dos concurseiros, preciso conciliar trabalho e estudos. Dedico-me em média três horas por dia à seleção, sempre com rotina de revezamento de matérias. Tento encaixar uma por semana, assim reviso semanalmente todo o conteúdo. Faço minha rotina de estudo de acordo com meu desempenho e meu tempo, acho mais prático”, afirma.

A concorrência deverá ser significativa. Na última seleção, lançada em 2010, quase 50 mil candidatos se inscreveram a apenas 80 vagas. Ou seja, a concorrência

média geral foi de nada menos que 615 candidatos por oportunidade oferecida. A Agência anunciou que, além da avaliação escrita, o concurso contará com investigação social, avaliação médica e psicológica, prova de capacidade física (para alguns cargos) e aprovação no Curso de Formação em Inteligência (CFI). E, se o novo certame seguir a mesma estrutura do anterior, haverá exames objetivos e discursivos para cargos de níveis médio e superior.

Quanto à banca, há grandes chances de que a Abin opte novamente pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe), que organizou todas as seleções da agência, em 2004, 2008 e 2010. Mas é bom também exercitar questões da Fundação Carlos Chagas, visto que a organizadora foi escolhida recentemente para aplicar avaliação de concursos grandes, como o da Câmara Legislativa do Distrito Federal e o do Tribunal Superior do Trabalho.

Segundo Estevam de Freitas, professor de legislação de inteligência para o concurso da Abin há 18 anos, quem almeja a aprovação precisa correr com os estudos já. “Acho que a prova deve ser aplicada daqui a uns nove meses. Isso não é muito tempo”, nota.

Freitas lembra que a autorização de vagas foi aquém do esperado. Foram solicitadas pela Abin mais de 700 posições ao Ministério do Planejamento. “Quem quer passar tem que se dedicar especialmente aos conteúdos de geografia e

legislação de inteligência, principalmente para o cargo de oficial. Baseando-se no último concurso, organizado pelo Cebbraspe, foram 12 normas ligadas à legislação de inteligência. Apesar disso, o candidato não deve deixar as matérias de língua portuguesa, direito administrativo e penal de lado, que são matérias mais básicas de todos os concursos”.

Vocação

O que chama a atenção no concurso da Abin é a carreira. Serviço secreto, investigação, combate ao terrorismo, à espionagem, à sabotagem e a ameaças ao território nacional. Parece até roteiro de filme de ação! Devido ao caráter sigiloso de suas atividades, a Abin, que tem sede em Brasília e superintendência em todas as capitais brasileiras, não é aberta a visitas. Nem sequer o nome dos candidatos inscritos nas seleções é de domínio público.

Não pense, porém, que, se entrar para o órgão, você vai aprender artes marciais ou receber mensagens que se autodestroem em poucos segundos. O que os funcionários da Abin fazem com maior frequência são relatórios. Eles são necessários para fornecer ao presidente da República e a ministros informações e análises estratégicas necessárias ao processo de decisão. Tudo segue os preceitos da legislação brasileira.

Por isso é necessário que os profissionais da agência atendam a requisitos comuns a um profissional de inteligência: ter objetividade, imparcialidade, disciplina,





sociabilidade, capacidade de adaptação, lealdade, discrição e mobilidade. Entre outras atividades, ele pode trabalhar com áreas prioritárias para a Abin, como a segurança das fronteiras, migrações, meio ambiente, lavagem de dinheiro e a não proliferação de armas de destruição em massa.

Segundo a Abin, o profissional de Inteligência poderá atuar em diversas áreas da Agência. Após ingressar, a lotação do servidor é feita com base em critérios que levam em conta a colocação no concurso público, as competências técnicas, as habilidades profissionais e as aptidões pessoais. Oficiais e agentes de Inteligência vão a campo para buscar dados não disponíveis em fontes comuns de informação. Questões geopolíticas, ameaças terroristas, espionagem estrangeira e avaliações de risco são temas do cotidiano desses profissionais. Já os oficiais e agentes técnicos ficam com a parte administrativa da Agência e o apoio às ações de inteligência.

* Estagiária sob supervisão de Paulo Silva Pinto





De olho no futuro

Entenda o concurso para a Agência Brasileira de Inteligência

CARGO	VAGAS	ESCOLARIDADE	SALÁRIO
Oficial de inteligência	220	Nível superior em qualquer área	R\$ 16.620,46
Oficial técnico de inteligência	60 vagas	Nível superior em áreas específicas	R\$ 15.312,74
Agente de inteligência	20 vagas	Nível médio	R\$ 6.302,23

ATRIBUIÇÕES

Oficiais e agentes de Inteligência

Vão a campo para buscar dados não disponíveis em fontes comuns de informação para subsidiar a produção de relatórios

Oficiais e agentes técnicos

Ficam com a parte administrativa da agência e no apoio às ações de Inteligência.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Serviço secreto, investigação, combate ao terrorismo, à espionagem, à sabotagem e a ameaças ao território nacional

TEMAS

Segurança das fronteiras, migrações, meio ambiente, lavagem de dinheiro e controle de armas de destruição em massa

CAPACIDADES EXIGIDAS

Objetividade, imparcialidade, disciplina, sociabilidade, capacidade de adaptação, lealdade, discrição e mobilidade

EDITAL

Lançado em 17 de julho

REGULAMENTO

Deve ser publicado até janeiro

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) tem grande chance de ser escolhido para o processo, pois organizou todos os certames da agência em 2004, 2008 e 2010

